

RELATÓRIO E PARECER FINAL
DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CMP
FUNPREV - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CONDOR

Considerando o disposto no art. 2º, inciso III, letra “g”, da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, bem como o art. 21 inciso VI, da Lei Municipal nº 2.923/2023, que reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), dos Servidores Efetivos do Município de Condor de que trata o art. 40 da Constituição Federal, apresentamos o relatório e parecer deste Conselho sobre a gestão operacional, econômica e financeira do RPPS, relativamente ao exercício financeiro de **2025**, nos seguintes termos:

1. Quanto ao pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime, nos termos do o art. 1º, VI da Lei nº 9.717/98, informamos que tal prerrogativa foi assegurada através do atendimento a todos os requerimentos protocolados pelos segurados bem como pela disponibilização, dos relatórios contábeis, financeiros, previdenciários e dos demais dados pertinentes em meio físico e disponibilizadas prestações de contas mensais no portal oficial do Município de Condor.
2. As disponibilidades financeiras vinculadas ao RPPS foram aplicadas no mercado financeiro e de capitais brasileiro, com regras estabelecidas pela Resolução nº 4.963/2021 e alterações, do Conselho Monetário Nacional, e seguiram a política anual de investimentos aprovada, tendo presentes às condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência e as disposições da Portaria MPS nº 519/2011 e alterações.



3. O caráter contributivo e solidário do RPPS, de que trata o art. 40 da Constituição Federal foi assegurado, pois:

3.1. A Lei Municipal nº. 2.923/2023 que reestruturou o RPPS contempla, no Artigo 63, 64 e 65, previsão expressa das alíquotas de contribuição dos segurados ativos e inativos;

3.2. A Lei Municipal nº. 2.923/2023 que reestruturou o RPPS contempla, no Artigo 61, Contribuição para Cobertura Patronal, e, no artigo 62, contribuição para equacionamento do déficit atuarial;

4. Ocorreram repasses mensais e integrais dos valores das contribuições à unidade gestora do RPPS.

4.1. A unidade gestora do RPPS, efetivamente retém, quando devidos, os valores das contribuições dos segurados ativos, inativos e pensionistas, relativos aos benefícios e remunerações, cujo pagamento está sob sua responsabilidade;

5. O RPPS cobre, exclusivamente, os servidores públicos titulares de cargos efetivos e seus respectivos dependentes, nos termos do art. 1º, V, da Lei Federal nº 9.717/98, sendo que os ocupantes de cargos em comissão, de cargos eletivos, bem como os cargos temporários e empregos públicos, são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

6. Está sendo atendida a determinação posta no art. 5º da Lei Federal nº 9.717/98, quanto à proibição de conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

6.1. Em conformidade com a Lei Municipal n. 2.644 de 01 de julho de 2020, artigo 2º, o Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Condor, não possui vinculação de pagamento de benefícios como, auxílio-doença, salário-maternidade, salário-família e auxílio reclusão.



7. As disponibilidades financeiras do RPPS estão sendo depositadas e mantidas em contas bancárias separadas das demais disponibilidades do Município, e são aplicadas no mercado financeiro e de capitais brasileiro em conformidade com regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, conforme expressa previsão do art. 50, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 19 da Portaria MPS nº 402/2008.
8. O pagamento dos benefícios previdenciários, previstos na Lei Municipal nº. 2.923/2023 e suas alterações se dão diretamente aos segurados, mediante folha de pagamentos, sem a existência de qualquer convênio, consórcio ou associação que viabilize tais pagamentos, demonstrando-se assim, o atendimento do art. 1º, V da Lei nº 9.717/98 e do art. 5º, VII da Portaria MPS nº 204/2008.
9. O equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS foi readequado através da adoção das alíquotas e aportes indicados na avaliação atuarial, com data base de realização em 31/12/2024, a qual foi realizada pela empresa LUMENS ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA., com a observância dos parâmetros estabelecidos nas Normas de Atuária aplicáveis aos RPPS definidas pela Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008 e posteriores alterações.
10. Os registros contábeis das operações do RPPS foram realizados de acordo com as normas da Lei Federal nº 4.320/64, Lei Federal n. 101/2000, Plano de Contas estabelecido pelo Ministério da Previdência Social e NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, de forma distinta da contabilidade do Município, e abrangeram todas as operações.
11. O Município instituiu o Comitê de Investimentos através da Lei Municipal n. 2.923 de 26 de dezembro de 2023 e designou, através do Decreto Executivo n. 031 de 30 de janeiro de 2025, as servidoras Patricia Winterfled, Sonia Regina Loose e Evelyn Duarte Christovan como Titulares e os servidores Cristiane A. B. Amaral, Sabrina A.



Pedrozo e Moises M. Rodrigues como suplentes, sendo os titulares devidamente certificados pela TOTUM.

12. À vista do relatório, o Conselho Municipal de Previdência – CMP emite **PARECER FAVORÁVEL** ao atendimento das normas que regem a instituição e funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Condor.

Condor – RS., 20 de março de 2026.



PATRICIA LAUTERT
PRESIDENTE DO CONSELHO

MEMBROS:



Catia Regina Hempe Kettermann

Membro



Felipe Strieder Baldissera

Membro